



Encargo sobre folha deve cair

Governo deve enviar projeto de lei com novas regras ao Congresso até o final de maio. Texto deve conter

Simone Cavalcanti, de Brasília
scavalcanti@brasileconomico.com.br

Embora falte menos de um mês para o prazo estipulado internamente no Ministério da Fazenda para enviar ao Congresso Nacional o projeto que reduz a alíquota de 20% que incide sobre a folha de pagamentos, apenas um ponto está praticamente fechado: é preciso ter uma regra de transição que amenize o impacto da medida sobre a arrecadação. Em tempos de ajuste fiscal, o governo quer ser cauteloso ao baixar a alíquota de 20% referente ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). “Provavelmente vamos estabele-

lecer uma regra de transição de alguns anos para o regime que for”, afirmou o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa.

Barbosa e a equipe dele ainda analisam uma série de ideias para o novo formato da tributação patronal que virá. Algumas delas já foram descartadas, como a apresentada pela Confederação Nacional de Serviços (CNS), que previa a criação de uma contribuição sobre movimentação financeira — a volta da antiga CPMF — para compensar uma menor arrecadação para a Previdência Social.

Uma das que ganham força é a da chamada mudança da base

Em tempos de ajuste fiscal, o governo quer ser cauteloso ao baixar a alíquota de 20% referente ao INSS

de recolhimento, ou seja, em vez de tributar a folha, gerar a mesma arrecadação sobre outra base, por exemplo, o faturamento das empresas. Essa informação foi antecipada pelo **BRASIL ECONÔMICO** em fevereiro passado e, segundo o secretário, é a mais forte. “Essa é a ideia que tem ganhado força, inclusive várias empresas e sindicatos estão defendendo. E ainda preserva a Previdência”, afirmou. “Quando é apenas desoneração, você reduz a alíquota e não põe nada no lugar. É isso que estamos reavaliando”.

Essa proposta, entretanto, serviria mais para uma redução linear, e não impede que seja

testada primeiramente em alguns setores para depois ser expandida. Segundo Barbosa, também está em estudo a possibilidade de fazer a desoneração de forma progressiva, como ocorre na cobrança do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPJ), no qual há um limite de isenção e depois uma alíquota estabelecida para cada faixa de rendimento.

Discussão antiga

Mas há outras propostas em avaliação (*veja nos quadros acima*), já que a discussão vem desde os anos 90, como fez questão de lembrar o secretário. O único consenso é que a

Nelson Barbosa,
secretário-executivo da
Fazenda, diz que regra de
transição de alíquotas
está em estudo

GASTOS

102,43%

do salário é hoje o custo estimado de contratação de um funcionário, segundo o professor José Pastore. Na China, esse percentual é de cerca de 30%.

JUSTIÇA

2 milhões

de processos trabalhistas estão abertos hoje.

A insegurança jurídica também acaba pressionando os custos das empresas.

PROPOSTAS

Exclusão

permanente de alguns itens da folha de pagamentos, como o salário educação (2,5%) e o adicional sobre a folha (0,2%), repassado ao Incra, também estão em estudo como forma de reduzir os custos de contratação.

ARRECADAÇÃO

R\$ 4 bilhões

é quanto cada ponto percentual de redução da contribuição previdenciária representa de renúncia fiscal. Para reduzir o impacto sobre as contas públicas, outra possibilidade é transferir a tributação para o faturamento das empresas.

lentamente

proposta para compensar arrecadação

ação é necessária para dar mais competitividade às empresas nacionais. Além disso, em termos fiscais, há uma visão mais prática de que a redução dos encargos patronais favorece a geração de empregos formais, aumenta o crédito e, em última instância, contribui para elevar as vendas e aumentar a arrecadação.

A contribuição paga pelos empresários é contabilizada para o caixa da Previdência. Se a receita cai, é o Tesouro Nacional que cobre o rombo. No entanto, com mais trabalhadores sendo formalizados, há uma outra via de compensação, pois eles também recolhem sua parte.

Urgência

De acordo com Barbosa, apesar do prazo de cinco meses para envio da proposta de desoneração da folha, ela ainda é uma das questões tratadas como urgentes na gestão de Dilma Rousseff. Segundo ele, o grande desafio da política econômica é compatibilizar as urgências, pois também é preciso manter o equilíbrio fiscal e ajudar a economia atualmente. “Então, o espaço fiscal não permite que façamos uma desoneração forte e rápida neste ano, mas permite que comecemos a encaminhar a proposta que vai levar a isso ao longo de alguns anos”. ■